

Teoria e prática na grade curricular pós-DCNs/2013: o caso de uma faculdade particular do sertão piauiense

Theory and practice in the post-DCNs/2013 curriculum: the case of a private college in the hinterland of Piauí

Teoría y práctica en el currículo post-DCN/2013: el caso de una universidad privada en el interior de Piauí

Recebido em: 26/08/2021

Aceito em: 04/11/2021

DOI: 10.46952/rebej.v11i29.457

RESUMO

Em 2013 os cursos de bacharelado em jornalismo tiveram suas Diretrizes Nacionais Curriculares atualizadas. Esta pesquisa se debruça na análise das mudanças ocorridas em um curso de jornalismo de uma instituição privada do interior do sertão piauiense, a partir das novas diretrizes. Metodologicamente o trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa documental, através de uma abordagem qualitativa. Os resultados demonstram que o curso passou por mudanças significativas após as novas diretrizes, buscando se adequar aos padrões de ensino, aliado à pesquisa e à extensão. Teoria e prática são articuladas e vivenciadas durante a formação profissional, por meio de disciplinas de pesquisa e estágio supervisionado.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Jornalismo. Diretrizes Curriculares. Pesquisa e Estágio em Jornalismo.

ABSTRACT

In 2013, the Bachelor of Journalism courses had their National Curriculum Guidelines updated. This research focuses on the analysis of the changes that took place in a journalism course at a private institution in the interior of Piauí, based on the new guidelines. Methodologically, the work is based on bibliographical research, case study and documental research, through a qualitative approach. The results show that the course underwent significant changes after the new guidelines, seeking to adapt to teaching standards, combined with research and extension. Theory and practice are articulated and experienced during professional training, through research disciplines and supervised internships.

KEYWORDS

Journalism Teaching. Curriculum Guidelines. Research and Internship in Journalism.

RESUMEN

En 2013, los cursos de Licenciatura en Periodismo actualizaron sus Directrices Curriculares Nacionales. Esta investigación se centra en el análisis de los cambios ocurridos en un curso de periodismo en una institución privada del interior de Piauí, a partir de los nuevos lineamientos. Metodológicamente, el trabajo se basa en la investigación bibliográfica, el estudio de casos y la investigación documental, a través de un enfoque cualitativo. Los resultados muestran que el curso sufrió cambios significativos luego de las nuevas directrices, buscando adaptarse a los estándares docentes, combinado con la investigación y la extensión. La teoría y la práctica se articulan y experimentan durante la formación profesional, a través de disciplinas de investigación y pasantías supervisadas.

PALABRAS CLAVE

Enseñanza del periodismo. Directrices del plan de estudios. Investigación y prácticas en periodismo

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



Ruthy Manuella de Brito
Costa

Mestra em Comunicação e professora de Jornalismo na IESRSA e UESPI.

ruthymanuella@hotmail.com

Márcio Granez

Doutor em Comunicação.

marcio.granez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ensino do jornalismo sempre foi atravessado pela dicotomia entre o saber teórico e a prática. Disciplinas voltadas para a reflexão sobre o campo, de um lado, e aquelas voltadas para a formação profissional, de outro, desenharam a grade dos cursos e ajudaram a moldar as discussões acadêmicas na área da comunicação e do jornalismo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para o ensino do jornalismo (BRASIL, 2013) foram um marco importante na discussão e na tentativa de superação da dicotomia entre essas duas dimensões da formação acadêmica. Há diversos elementos do texto final das DCNs que apontam para respostas possíveis para superar o conflito entre teóricos e práticos. Não obstante, o texto das diretrizes é antes de tudo um sinalizador e uma referência ideal para guiar o trabalho da comunidade acadêmica – coordenadores de curso, professores, estudantes etc. A efetividade do que está previsto nas DCNs só pode ser plenamente avaliada a partir de casos concretos, que mostrem de que forma os aspectos normativos das Diretrizes se traduzem no dia a dia da graduação em jornalismo.

2 BREVÍSSIMO HISTÓRICO

Ao afirmarmos que a formação superior na área de jornalismo teve sua história marcada pela cisão entre teóricos e práticos, baseamo-nos nas contribuições de autores como Eduardo Meditsch (1992; 1999), Bernardo e Leão (2012) e Felipe Pena (2020). Em seus trabalhos, eles reservaram espaço para criticar a divisão, e propuseram superá-la mediante a interação entre as duas dimensões do ensino.

De um lado, as disciplinas teóricas se amparam na reflexão sobre temas que estão estreitamente relacionados com o fazer jornalístico, e que abrangem aspectos sociológicos, filosóficos, antropológicos, entre outras vertentes das ciências sociais e das humanidades, além daquelas que exploram a especificidade do saber produzido na própria área da comunicação e do jornalismo. De outro, as disciplinas práticas se debruçam sobre as questões do cotidiano profissional, com foco nas técnicas e nas rotinas aplicadas ao mercado de trabalho, como no jornal impresso, rádio, televisão e, nas últimas décadas, na internet.

Meditsch já apontava (1999) para o dilema do conhecimento produzido pela academia ao reconstituir as raízes históricas dessa dicotomia, no contexto da dominação geopolítica do início dos anos 1960, que fez preponderar um ensino centrado na técnica:

No caso do ensino de jornalismo, esta "modernização conservadora", como a chamou Florestan Fernandes, ou "modernização reflexa", segundo Darcy Ribeiro, implicou numa ruptura da orientação teórica das escolas, que até então era centrada numa formação clássica-humanística, com ênfase nos estudos éticos, jurídicos, filosóficos e literários. Esta orientação, por influência do Ciespal, será rejeitada por "não-científica", e substituída pelas disciplinas valorizadas pelo funcionalismo norte-americano. (MEDITSCH, 1999, p. 2)

O autor situa a cisão entre teóricos e práticos no ensino do jornalismo a partir da contextualização histórica, demonstrando a influência das relações de poder e das tensões políticas sobre a definição curricular no Brasil. No caso, ele se refere especificamente à orientação formulada pelo Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina - Ciespal, no início dos anos 60:

O percurso histórico do campo acadêmico do jornalismo, mais tarde transformado em campo acadêmico da comunicação social pelos objetivos políticos do Ciespal, nos obriga a uma reflexão sobre o caminho adotado. Não resta dúvida que o campo cresceu enormemente, mas é preciso observar que este crescimento foi orientado muito mais para os lados do que para cima. A ciência e a política não têm os mesmos objetivos, e sempre que a razão política prevalece sobre a razão científica na orientação de um campo acadêmico, este tende a se alargar ao invés de se aprofundar. (MEDITSCH, 1999, p. 6)

Por crescimento para os lados, o autor se refere à tendência dos cursos em abranger objetos mais amplos, localizados na área da Comunicação, das Ciências Sociais e das Humanidades. Isso seria uma das razões pelas quais a graduação em jornalismo não conseguiria aprofundar os temas de interesse mais específico ao profissional da área. O crescimento para cima, ou seja, aquele que aprofunda a ciência própria da área do jornalismo, seria o caminho mais adequado para a área, pois colocaria a ciência em primeiro plano, e não a política.

A reflexão de Meditsch toca na questão da transdisciplinaridade, outro ponto que importa registrar, dada a presença expressiva, no corpo docente dos cursos de jornalismo, de professores provenientes de outros campos de atuação, como história, letras, pedagogia, filosofia, entre outras áreas que compõem as ciências sociais e as humanidades. Isso contribuiu para a formação ampla e interdisciplinar, ao mesmo tempo em que pode ter contribuído para acirrar a distância entre o campo profissionalizante e o campo teórico dentro dos cursos de jornalismo. Afinal, as questões específicas com que o jornalista depara em sua prática profissional costumam demandar o olhar também específico de profissionais que enfrentam questões semelhantes em seu cotidiano profissional.

Ao longo das décadas, tem se constituído um movimento mais intenso de seleções em nível superior que valorizam a formação específica na área, tanto em termos de graduação como de pós-graduação. Mas as discussões também se aprofundaram, conforme se consideram os modelos de outros países para a área do jornalismo. Felipe Pena (2020), por exemplo, menciona o modelo adotado nos Estados Unidos, que valoriza a formação específica para a graduação técnica e a formação geral para a pós-graduação. Nos países europeus, prevalece, ainda segundo o autor, a formação complementar em jornalismo para os profissionais de outras áreas que atuam na mídia.

À medida que o campo do jornalismo se consolida como área do conhecimento, também a especialização necessária para atuar como jornalista passa a ser um imperativo, tanto em termos teóricos como práticos. A resposta da academia tem sido propor soluções próprias à realidade brasileira, além de adaptar as experiências internacionais às condições do jornalismo em nosso país.

O ponto focal das propostas curriculares vem sendo construir um modelo que permita agilidade na formação sem perder de vista o aprofundamento teórico necessário. A definição algo sarcástica do jornalista como um “especialista em generalidades”, também lembrada por Pena (2020), define, em forma paradoxal, um dos desafios com que se depara a formação em uma área tão importante e ao mesmo tempo de natureza tão volátil e mutante.

Essas questões vêm atravessando o tempo e se colocam agora nas discussões sobre o perfil de um profissional multimídia, a precarização das condições de trabalho desde o enxugamento das redações dos veículos tradicionais, o impacto da não-obrigatoriedade de formação superior para a profissão, entre outros temas mais recentes. Tais questões se aprofundaram desde o final do século XX, quando o jornalismo passou pela chamada “disrupção”, ainda em curso, representada pelo advento da comunicação online e a mudança de modelo de negócio das empresas de comunicação (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

O contexto de mudança acelerada de paradigma fez aumentarem as dúvidas acerca do papel do jornalista. De fato, a profissão viu-se no centro de uma série de mudanças disruptivas que colocaram em xeque o saber produzido pela imprensa. Não se trata de uma crise exclusiva do jornalismo – diversas profissões vêm sendo desafiadas pela mudança de paradigma. Mas a imprensa viu-se questionada em sua própria razão de existência, à medida que os grandes veículos da mídia tradicional perderam parte do poder que caracterizou o período de supremacia da mídia de massa.

No Brasil, esse estado de questionamento do papel da imprensa foi também impulsionado pela decisão do Supremo Tribunal Federal que definiu a não-obrigatoriedade da formação superior para o exercício da profissão, em 17 de junho de 2009, o que pode ter contribuído para tornar ainda mais nebulosa a relação entre o conhecimento especializado da imprensa profissional e o senso comum.

O saber teórico e técnico do jornalista encontra-se atualmente sob o fogo cerrado de vários críticos: os críticos tradicionais da mídia, que não creem na mediação da imprensa; os críticos recentes adeptos das teorias da conspiração, que constroem explicações fabulosas e inverossímeis, baseadas na fantasia; os críticos leigos que foram impulsionados pelas mídias sociais digitais, e que se consideram eles mesmos jornalistas. A resposta da academia a essas críticas tem sido tentar fortalecer o campo a partir do saber específico que ele produz, demonstrando assim o seu valor e a sua contribuição para a sociedade, em projetos que dão visibilidade a ações jornalísticas pensadas pelo olhar do campo jornalístico.

Exemplos recentes desse valor foram demonstrados na crise sanitária da Covid-19, momento em que o protagonismo dos meios de comunicação foi celebrado em pesquisas de opinião, seja na cobertura da mídia tradicional, seja na dos novos grupos ligados às mídias sociais digitais, como no caso dos coletivos de checagem de *fake news*.

O saber do campo jornalístico, que inclui tanto a dimensão teórica, a qual implica reflexão aprofundada, como a prática, que supõe o domínio da técnica, vem sendo atravessado pelos desafios da mudança paradigmática do modelo do processo comunicacional ao mesmo tempo em que é desafiado pelas demandas tradicionais que tensionam a área. A resposta institucional da área acadêmica vem sendo feita pelas revisões dos parâmetros normativos do ensino, de tempos em tempos, e nesses

documentos temos simultaneamente o registro das questões que movimentam a área e as respostas possíveis dos especialistas e da comunidade acadêmica em um determinado momento histórico (CASCAIS, 2004; BERNARDO; LEÃO, 2012; GRANEZ, 2018).

Em que pese os esforços, as diretrizes anteriores às de 2013, contudo, ainda não haviam demonstrado efetividade na solução da dicotomia entre teoria e prática. É o que demonstram Cristina Bernardo e Inara Leão (2012), ao analisar as matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo um ano antes da publicação das novas DCNs/2013:

As disciplinas voltadas para a prática sobrepõem o Conhecimento e Compreensão e a Síntese em mais de 50%. O mais grave é que, assim como na análise de cada região, não há um equilíbrio com a Síntese ou um espaço para uma integração entre teoria e prática. Também não há um local destinado, nas estruturas, para uma crítica à mídia, reflexão imprescindível para que possamos criar um vínculo franco com o mercado de trabalho e não ficarmos com as estruturas curriculares a mercê do que o mercado considera bom ou ruim. (2012, p. 273)

A efetividade da superação da dicotomia nas DCNs/2013 é ainda uma incógnita. Até aqui falamos sobre o contexto histórico do conflito entre “teóricos” e “práticos” na formação acadêmica da área do jornalismo, que ajudou a moldar a grade dos cursos e também a formar o saber específico do campo. Mas cabe também interrogar: afinal, qual é a natureza do conhecimento jornalístico? Ele de fato existe como forma independente de conhecimento?

No próximo segmento, vamos aprofundar o debate sobre a dimensão teórico-prática do conhecimento jornalístico, interrogando qual sua natureza e como ela se relaciona com as outras áreas do saber.

3 UMA QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA

Antes de ser uma questão acadêmica circunscrita à área do jornalismo, a divisão entre um saber teórico e um saber prático é antiga e complexa. Ela perpassa a reflexão filosófica e epistemológica e coloca elementos importantes para todos os que se ocupam de pensar sobre as profissões e os fazeres humanos. Ela também tem reflexos na forma como as áreas do conhecimento se estruturam e se apresentam institucionalmente, nos órgãos de controle do Estado, nas universidades e centros de pesquisa.

No caso do jornalismo, a questão que se coloca é sua especificidade e independência enquanto área autônoma do conhecimento. Ela foi enfrentada por alguns autores do jornalismo e da comunicação (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992), que buscaram situar o saber produzido nesse campo da atividade humana como forma independente de conhecimento, com características próprias e que pedem respostas também próprias da academia. As respostas obtidas ao longo de décadas de reflexão teórica e de atuação prática foram cimentando a percepção atual sobre a especificidade do jornalismo como área do saber. Partindo delas, podemos avançar na discussão sobre a relação entre teoria e prática.

Em termos de reflexão epistemológica, a contribuição mais específica talvez seja a de Adelmo Genro Filho (1987), ao propor, amparado nas características do jornalismo descritas por Otto Groth (2011), o conhecimento do jornalismo como estando ancorado nas categorias hegelianas do singular, do particular e do universal.

Quando se considera o olhar do jornalista sobre o fato, parte-se da realidade sensível, expressada tradicionalmente no lide da notícia, que situa a realidade em termos diretos, capturados pelos sentidos, e hierarquizados conforme sua relevância social. Mas isso, para Genro Filho, é parte do processo, não o todo. O conhecimento do jornalismo só se concretiza a partir do momento em que este fato, que foi capturado pelos órgãos sensíveis do fluxo de acontecimentos porque tem alguma relevância social, é situado e compreendido no contexto mais amplo das categorias do particular e do universal. Em termos jornalísticos, da notícia para a reportagem. Do factual para o contextual. Do singular, passando pelo particular, até chegar ao universal.

Ao salientar o caráter prático do jornalismo, que depende sempre do contato com os objetos da realidade para elaborar a notícia, Genro Filho (1987) toca num ponto essencial para a reflexão sobre a relação entre teoria e prática: de que forma se pode ir além do factual na compreensão da realidade?

Ao longo do tempo, o jornalismo consolidou diversos tipos de abordagem que permitem espaço para a reflexão aprofundada. É o caso, por exemplo, das reportagens em profundidade, nas quais se busca o como e o porquê, e não apenas a identificação dos demais elementos do lide – o quê, quem, onde o quando. Em outras palavras, é possível construir conhecimento no jornalismo, pois há um saber específico diretamente ligado à prática de captar a realidade em seu aspecto singular.

Esse conhecimento pode ser obtido a partir do enfoque sociológico, histórico, antropológico, linguístico, filosófico? Sem dúvida. Mas não decorre disso que o olhar de um sociólogo ou de um filósofo sejam os mais acurados para descrever e compreender o fenômeno, pois lhes falta no caso a técnica de captação da realidade, que o jornalista deve conhecer e que compõe sua rotina diária de trabalho. O olhar jornalístico é um dos olhares possíveis, junto aos demais – filosófico, histórico, antropológico, linguístico etc. –, mas traz a especificidade de uma prática e de uma certa visão de mundo que está centrada nos princípios e na ética da profissão, e que são próprios desse fazer.

Felipe Pena (2020) constata a necessidade de superação da dicotomia entre teoria e prática na formação do jornalista:

Os currículos acadêmicos devem articular teoria e prática e não separá-las em blocos monolíticos, sem intercâmbio. O aluno não pode ser um mero reproduzidor de técnicas, mas também não pode desconhecer as ferramentas que irá utilizar na profissão. A reflexão acadêmica é fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico, mas deve estar associada à própria produção discente, antenada com a realidade. O ideal é juntar experiência profissional e reflexão acadêmica. (PENA, 2020, p. 13)

O autor propõe superar a dicotomia teórico-prática pela adoção de um sistema que acolha, na graduação, a contribuição de profissionais do mercado de trabalho e a de acadêmicos com amplo conhecimento teórico: "Assim, professores oriundos do

mercado com título de mestre ou doutor possuem o perfil ideal. E mesmo nas disciplinas “teóricas” os docentes devem dialogar com a realidade que cerca os alunos” (PENA, 2020, p. 13).

É interessante notar como o modelo proposto pelo autor tem o caráter de síntese entre o conhecimento teórico e o prático, revivendo a tensão entre os polos que historicamente absorvem o corpo docente dos cursos de Comunicação Social – habilitação Jornalismo e, mais recentemente, os cursos de Jornalismo. Qualquer que seja o modelo adotado por um curso de jornalismo, ele precisa habilitar o aluno para a reflexão em termos jornalísticos sobre a prática profissional do jornalista e sobre todas as questões que tocam o trabalho da imprensa.

Um dos desafios das DCNs/2013 foi justamente ressignificar esse debate e apontar caminhos para a construção do conhecimento próprio do campo jornalístico diante de um mundo em transformação permanente.

4 TEORIA E PRÁTICA NAS DCNS/2013

Em 27 de setembro de 2013 as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo foram oficialmente instituídas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013). Resultado do trabalho de especialistas que ouviram a comunidade acadêmica e o mercado de trabalho ao longo de quatro anos (MEC, 2009), as DCNs são o texto-base para a graduação em qualquer área do conhecimento. Elas fornecem os subsídios conceituais e metodológicos para guiar a construção curricular das instituições de ensino superior – IES do país, e têm caráter normativo. Assim, todas as instituições tiveram de se adaptar às DCNs dos cursos de Jornalismo, e para isso tiveram um prazo de até dois anos.

As Diretrizes consolidaram o entendimento de que o saber na área do jornalismo é uno, não cabendo mais a divisão entre teoria de um lado e prática de outro. A reflexão apresentada no texto aponta para a superação da dicotomia e para a interação entre as duas dimensões do saber. É o que se depreende do Art. 2º, inciso III, que sintetiza o entendimento da comissão que elaborou as DCNs (BRASIL, 2013): “Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em Jornalismo deve: [...] III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular; [...]”.

Outro trecho que destaca a necessidade de articulação entre teoria e prática no projeto pedagógico do curso é este:

Art. 4º A elaboração do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos: I - formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento; [...] III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público; [...]. (BRASIL, 2013)

O texto também aponta os caminhos possíveis para que a interação se realize na grade curricular: elenca os tipos de conteúdo que precisam ser abordados e as formas possíveis de abordagem, destacando a independência das instituições na organização das propostas, conforme o perfil do egresso e suas competências.

A proposta das DCNs para a graduação em jornalismo representou avanço considerável no que diz respeito à autonomia do campo jornalístico, entendido agora como área do conhecimento autônoma. Daí a nova nomenclatura da graduação, agora não mais como habilitação do curso de Comunicação Social, mas simplesmente curso de Jornalismo. Tal entendimento implica pensar a área do conhecimento própria do jornalismo, suas bases epistemológicas, sua história, seus métodos e técnicas, seu mercado de trabalho.

A grande área da Comunicação Social, até então a base a partir da qual se ramificavam as habilitações – de jornalismo, publicidade e propaganda, de relações públicas, entre outras –, deixou de ser a referência primordial da formação acadêmica do campo jornalístico (BRASIL, 2002). Embora mantenha presença no eixo geral e específico, sob a forma de conteúdos que implicam conhecer o processo comunicativo, ela deixa de ser a matriz epistemológica do jornalismo enquanto área do conhecimento.

Os seis eixos de formação propostos para o currículo desse novo curso de Jornalismo (BRASIL, 2013, art. 6º, I-VI) refletem as questões de fundo que embasaram o trabalho da comissão de especialistas que elaborou a proposta: eles buscam delinear os principais elementos que devem nortear as reflexões teóricas e as práticas do campo jornalístico. São eles: eixo de fundamentação humanística, eixo de fundamentação específica, eixo de fundamentação contextual, eixo de formação profissional, eixo de aplicação processual, eixo de prática laboratorial. Cada um deles se articula com os demais, possibilitando a ênfase em determinados aspectos da formação.

Nesse contexto, as DCNs/2013 apontam para a necessidade de uma formação que integre as várias dimensões da profissão, indo da formação teórica ampla ao domínio prático, passando pela questão da tecnologia, das linguagens e do conhecimento deontológico.

Ao longo da graduação, o estudante tem de ter contato permanente com a teoria e a prática, a fim de que possa responder às demandas de uma sociedade complexa, marcada pelo rápido avanço tecnológico, pela crise dos paradigmas e pela crise ambiental. A orientação das DCNs/2013 quanto à relação entre teoria e prática está bem marcada no Artigo 9º, que determina:

Art. 9º A organização curricular deverá valorizar o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos: I - carga horária suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas; II - distribuição das atividades laboratoriais, a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem; III - garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local, regional e nacional. (BRASIL, 2013)

As disciplinas da graduação devem, por conseguinte, auxiliar o estudante a enfrentar as questões do mundo contemporâneo com os instrumentos reflexivos e pragmáticos que o campo do jornalismo construiu ao longo de sua história. Disciplinas

como História do Jornalismo e Teoria do Jornalismo dão as linhas gerais do horizonte epistemológico do jornalismo como área do conhecimento. Disciplinas como Redação Jornalística, Radiojornalismo, Telejornalismo e Webjornalismo ensinam as técnicas mais específicas para a atuação profissional em cada meio e linguagem. Disciplinas como Teoria da Comunicação e Sociologia da Comunicação permitem situar as discussões no horizonte mais amplo da interdisciplinaridade constitutiva das Ciências Sociais e das Humanidades.

Disciplinas de teoria devem prever momentos de observação da prática, por meio de exemplos e estudos de caso. Disciplinas práticas devem refletir sobre as técnicas adotadas, por meio de discussões que problematizem as escolhas em termos éticos e editoriais. Em suma, a prática alimenta a teoria e a teoria repensa a prática, de forma permanente.

Nas grades curriculares, também deve haver momentos de síntese mais ampla, que perpassam a formação, e que exigem o domínio teórico e técnico: são aqueles voltados para a pesquisa e para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), previstos nos eixos de fundamentação humanística, eixo de fundamentação específica, eixo de prática laboratorial e no Art. 11 e parágrafos. O estágio curricular obrigatório, previsto no Art. 12 das DCNs/2013, também se enquadra nesse momento de síntese, por demandar habilidade prática e conhecimento teórico no dia a dia das redações. Tais momentos de síntese encontram-se em disciplinas como TCC, Estágio Supervisionado, Metodologia da Pesquisa e Prática Laboratorial, entre outras designações.

Justamente por essa característica de síntese que apresentam, é sobre essas disciplinas que nos deteremos na segunda parte do presente trabalho. Pois elas podem revelar como a dualidade entre saber teórico e saber prático está sendo equacionada no dia a dia da graduação em Jornalismo.

No próximo item, vamos nos deter no estudo de caso que busca mostrar as respostas de um curso de Jornalismo do interior piauiense para a dicotomia entre saber teórico e prático na grade curricular pós-DCNs de 2013.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objeto de análise as mudanças ocorridas em um curso de jornalismo em uma instituição privada no sertão do Piauí, no interior do Estado, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas em 2013. Para tanto, toma-se como base metodológica a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa documental, através de uma abordagem qualitativa.

Como etapa básica de pesquisa, a pesquisa bibliográfica possibilita entender e discutir de forma articulada as pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, bem como as teorias e conceitos já estabelecidos. Marconi e Lakatos (2020) afirmam que a pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária é justamente o levantamento de referências pré-existentes para que se tenha fundamentação para as discussões acerca do tema.

O estudo de caso é definido por Pereira *et al.* (2018) como sendo um estudo detalhado em um recorte bem delimitado e específico com o propósito de entender fenômenos particulares que poderão ser peças chave para a visão do todo naquela

área de pesquisa. Aqui é tomado o caso do curso de Jornalismo ofertado fora dos grandes centros, o que permite uma representação a partir de um recorte importante como elemento para discussões do cenário nacional.

Já a pesquisa documental se faz necessária para a análise da própria Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013, bem como dos documentos legais do curso analisado: matriz curricular e ementas das disciplinas através do Projeto Político Pedagógico anterior e suas atualizações posteriores às novas diretrizes. Marconi e Lakatos (2020) explicam que a pesquisa documental ou de fontes primárias se baseia em materiais oficiais que não carregam qualquer tipo de análise. Constituem-se como fonte de informações para análise obtidas no local de ocorrência dos fatos.

A análise se debruça primeiro sobre as disciplinas e suas ementas previstas no fluxograma do curso antes das novas diretrizes. Em seguida é feita a análise das disciplinas e ementas após as novas diretrizes e reformulação da grade curricular do curso. A matriz curricular atual do curso está disponível no site da instituição; contudo, a matriz curricular anterior às diretrizes e as ementas foram obtidas junto à coordenação do curso, ou seja, via pesquisa documental ou de fontes primárias como especificado por Marconi e Lakatos (2020).

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CASO

O presente trabalho parte do estudo de caso da realidade do curso de Jornalismo de uma instituição privada do sertão piauiense. A instituição iniciou suas atividades no ano de 2006 e desde então oferta o curso de Bacharelado em Jornalismo, à época denominado Comunicação Social – Jornalismo. A delimitação de pesquisa pressupõe a análise das disciplinas que contemplam a pesquisa científica, bem como as disciplinas de estágio supervisionado. Será tomado como base o recorte temporal de antes e depois das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs estabelecidas em 2013 para os cursos de bacharelado em jornalismo.

A análise tem como referência a grade curricular do curso de 2006, a grade curricular atualizada em 2015, atendendo às exigências das DCNs, bem como as ementas das disciplinas de pesquisa e estágio supervisionado de 2006 e 2015. O objetivo é identificar as mudanças ocorridas na grade e nas ementas após as novas diretrizes.

6.1 A ESTRUTURA CURRICULAR ANTES DAS NOVAS DIRETRIZES

No fluxograma de 2006 (IESRS, 2006) são ofertadas as seguintes disciplinas de pesquisa: Metodologia Científica (1º período), Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação (7º período), Projetos Experimentais (8º período). No âmbito de estágio supervisionado é ofertada apenas uma disciplina, Práticas Jornalísticas Supervisionadas (8º período).

A oferta da disciplina de Metodologia Científica no primeiro período proporciona ao estudante uma inserção no campo científico. Tal inserção se faz necessária logo no início da formação, uma vez que a formação superior é sustentada pelo tripé ensino,

pesquisa e extensão. Severino (2007) afirma que esse tripé não deve ser individualizado; pelo contrário, tais aspectos devem ser complementares através da legitimidade de suas particularidades. Além desta disciplina ofertada na fase inicial, são ofertadas outras duas somente no ano final do curso. Enquanto a disciplina de Metodologia Científica insere o futuro profissional no campo da pesquisa acadêmica, estas duas últimas tratam do planejamento e execução da pesquisa exigida como requisito para conclusão do curso, o Trabalho de Conclusão de Curso.

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo, Metodologia Científica é uma disciplina com carga horária de 72 horas e prevê na ementa uma visão geral sobre ciência, conhecimento, sistematização da produção científica e tipos de trabalhos científicos. Teoria e Método de Pesquisa é uma disciplina de 108 horas e estabelece em sua ementa que deve ser pautada na discussão sobre os métodos e técnicas de pesquisa, etapas da pesquisa em comunicação, bem como a formulação de problema e hipóteses de pesquisa, culminando com a elaboração do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. Já a disciplina de Projetos Experimentais se constitui em 252 horas e na ementa estabelece, de forma objetiva, que é dedicada à construção e apresentação da pesquisa científica relacionada à habilitação em jornalismo, necessária para a conclusão do curso. Sobre a modalidade de trabalho, a ementa elenca apenas a monografia.

No âmbito do estágio supervisionado, o curso oferta em sua grade curricular apenas uma disciplina, Práticas Jornalísticas Supervisionadas, de 108 horas. A ementa da disciplina estabelece que nessa fase os estudantes devem desenvolver atividades práticas profissionais nas áreas de conhecimento do curso, como por exemplo assessoria de comunicação, rádio, TV, veículos impressos e/ou veículos online. O estágio é então possibilitado ao aluno somente no último período do curso, após a conclusão das disciplinas teóricas e práticas necessárias para a execução das atividades profissionais.

71

6.2 O QUE MUDA COM AS NOVAS DIRETRIZES

Atendendo às determinações das novas diretrizes curriculares, o curso tem sua matriz curricular atualizada no ano de 2015 (IESRS, 2015). Assim, no âmbito da pesquisa são ofertadas as seguintes disciplinas: Introdução à Metodologia Científica (1º período), Laboratório de Pesquisa (3º período), Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação (7º período) e TCC (8º período). No que tange às práticas através de estágio supervisionado, a atual matriz curricular é composta por duas disciplinas: Práticas Jornalísticas Supervisionadas I (7º período) e Práticas Jornalísticas Supervisionadas II (8º período).

De início, a primeira mudança é a oferta de uma nova disciplina no âmbito da pesquisa científica e uma nova disciplina de estágio. Ou seja, antes eram ofertadas três disciplinas que exigiam a pesquisa científica, e agora são quatro. O estágio passa de uma para duas disciplinas. Sobre o momento do curso em que são ofertadas, as disciplinas já existentes permanecem nos mesmos períodos de formação. A nova disciplina de pesquisa, Laboratório de Pesquisa, tem 72 horas e sua ementa, além da discussão

sobre a linguagem, características e estrutura dos textos científicos, prevê ainda discussões sobre o jornalismo científico, com foco nos conceitos e modalidades, além das formas de divulgação científica. A ementa especifica ainda a relação entre teoria e prática através da pesquisa de campo.

A disciplina antes denominada Metodologia Científica tem sua nomenclatura alterada para Introdução à Metodologia Científica. Contudo, a carga horária permanece a mesma e a ementa também não sofre alterações. Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação permanece com os mesmos direcionamentos previstos na ementa original. A mudança ocorrida a partir das novas diretrizes é na carga horária, que passa de 108 horas para 72 horas. A disciplina dedicada ao trabalho de conclusão de curso antes denominada Projetos Experimentais passa a ser definida como TCC, sigla para Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, a carga horária que antes era de 252 horas passa a ser de 300 horas. Outra mudança é na ementa da disciplina, que amplia as possibilidades da pesquisa. A ementa anterior previa nominalmente apenas a monografia como modalidade de trabalho. A ementa atual prevê a monografia e os projetos experimentais, ou seja, trabalhos de cunho jornalístico acompanhados de relatório científico.

O ensino superior visa a formar profissionais em áreas específicas. Contudo, este profissional não deve chegar ao mercado munido apenas de habilidades técnicas, e é por isso que a formação de nível superior é baseada no ensino, na pesquisa e na extensão. Severino (2007) explica que o ensino superior visa a alcançar três objetivos que precisam estar concatenados. O primeiro é formar profissionais com habilidades técnicas; o segundo é formar cientistas que usam métodos e constroem conhecimento; o terceiro é formar cidadãos com consciência social. Nesse sentido, a oferta dessas disciplinas supracitadas, que contemplam a pesquisa e o estágio, propicia aos estudantes a formação articulada com esses três objetivos.

Seguindo essa perspectiva, o inciso II do artigo 4º das DCNs/2013 destaca que o domínio científico é um dos indicativos que deve compor o projeto político pedagógico do curso superior em jornalismo. Já o inciso III destaca a importância da prática profissional. As disciplinas de pesquisa são fundamentais para a formação e neste caso estudado são ofertadas atendendo ao que versam as diretrizes vigentes, havendo, inclusive, uma ampliação de carga horária em relação aos parâmetros anteriores às novas diretrizes. Isso corrobora com Severino (2007) ao afirmar que a pesquisa é o ponto de sustentação do ensino e da extensão.

É importante trazer inferências específicas sobre o trabalho de conclusão de curso. O Artigo 11 das DCNs/2013, através dos § 1º e 2º, determina que este trabalho pode ser de caráter teórico ou prático, desde que acompanhado de relatório técnico. Nesse aspecto, a instituição fez modificações significativas. A disciplina TCC, dedicada ao desenvolvimento da pesquisa, teve sua ementa reformulada para abrigar os trabalhos práticos, além da monografia. Além disso, teve sua carga horária ampliada, o que favorece o maior acompanhamento dos professores acerca da confecção da pesquisa.

Sobre o estágio obrigatório, que antes ocorria apenas em uma disciplina, agora passa a acontecer em dois momentos, com uma disciplina no sétimo período e outra disciplina no oitavo e último período do curso. A nomenclatura é a mesma para as duas, Práticas Jornalísticas Supervisionadas, sendo I e II. A ementa permanece sem alterações e versa com igual teor nas duas disciplinas. A diferença está na carga horária.

A disciplina I tem 144 horas, enquanto a disciplina II tem 60 horas. Dessa forma, o que há não é apenas uma divisão da disciplina anterior em duas, mas sim a constituição de uma nova disciplina, de fato, uma vez que a disciplina pré-existente era de 108 horas.

O estágio é a oportunidade que o estudante tem de se familiarizar com o mercado de trabalho ainda na fase de formação. É através do estágio que o futuro profissional consegue relacionar teoria e prática e, principalmente, entender os desafios da atuação profissional. A supervisão, tanto da instituição de ensino quanto de um profissional que o acompanha e orienta no local de estágio, é fundamental para que essa prática ocorra da maneira correta e necessária como etapa de formação.

As DCNs/2013, no parágrafo único do artigo 10, estabelecem que a carga horária mínima de estágio supervisionado deve ser de 200 horas. Nesse aspecto, no caso analisado o curso atende bem às determinações, uma vez que oferta duas disciplinas totalizando 204 horas. Trata-se de uma ampliação substancial, já que anteriormente era ofertada apenas uma disciplina de 108 horas. O fato de dividir o estágio em duas etapas também é algo significativo, uma vez que possibilita ao estudante experiências e vivências diferentes em distintas áreas de atuação profissional.

Nesse contexto, o curso aqui analisado encontra-se adequado às exigências e normas das Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas em 2013 para os cursos de graduação em Jornalismo no que tange à teoria e à prática, tendo como foco de análise as disciplinas de pesquisa e as disciplinas de estágio supervisionado. A pesquisa é estimulada ao longo do curso com a oferta de disciplinas básicas e introdutórias até as disciplinas de planejamento e execução do trabalho final de conclusão de curso. Ter duas disciplinas que sustentam o desenvolvimento da pesquisa de conclusão faz com que o aluno tenha a fase de planejamento e delineamento da pesquisa. O que não seria possível com a oferta de apenas uma disciplina no período final do curso. Dessa forma, o estudante tem tempo de amadurecer e aprimorar sua visão acerca da pesquisa. Além disso, as duas oportunidades de estágio supervisionado ampliam as perspectivas de atuação dos futuros profissionais através de experiências múltiplas.

Em síntese, as atuais DCNs apontam para a especificidade do campo do jornalismo e para a integração mais ampla entre as dimensões teórica e prática, como se observa, por exemplo, na nova nomenclatura do curso, nos seis eixos do art. 6º e nas disposições referentes ao estágio. Todas essas mudanças parecem sinalizar avanços em relação às diretrizes anteriores e foram efetivadas no caso analisado neste artigo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas em 2013 para os cursos de bacharelado em jornalismo visam não somente a estabelecer uma estrutura curricular mínima. Para além disso, buscam estabelecer padrões de ensino, pesquisa e extensão, bem como estabelecer a necessidade de uma formação profissional que articula, de maneira eficiente, teoria e prática.

Analisar as mudanças ocorridas, a partir dessas diretrizes, em curso de Jornalismo ofertado por uma instituição privada no interior do sertão piauiense é de fundamental importância para que sejam estabelecidas visões e discussões mais amplas e

completas sobre o atual cenário da formação em jornalismo. Possibilita que as discussões sobre esta formação tenham elementos e informações descentralizadas, contribuindo com a visão plural acerca da realidade de ensino.

As discussões aqui estabelecidas demonstram que o atendimento às atuais diretrizes ultrapassa as questões técnicas ou regulamentares. Propiciam ao estudante uma formação acadêmica pautada nas discussões teóricas aliadas às atividades práticas. No caso estudado, as disciplinas de pesquisa e de estágio supervisionado assumem um papel estratégico e essencial nessa formação. Com base nesses aspectos, a instituição analisada atende às determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais, implantando as novas diretrizes em 2015, dentro do prazo estabelecido pela resolução.

A formação profissional ocorre em dimensões que ultrapassam os limites físicos das universidades; contudo, normas, padrões, diretrizes são importantes para que se busque uma unidade básica na formação desses profissionais que poderão atuar em outras regiões sem qualquer prejuízo. Percebe-se ainda que tais diretrizes norteiam as possibilidades para uma formação de jornalistas com domínio técnico, científico e com ampla capacidade crítica no âmbito de sua atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, abr. mai. jun. 2013, p. 30-89. Trad. Ada Félix.

BERNARDO, Cristine Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Matrizes**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-274, 2012.

CASCAIS, Fernando. O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 5, p. 79-84, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 2. ed. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GRANEZ, Marcio da Silva. Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de jornalismo, antes e depois das DCNs. In: Pinheiro, Elton Bruno; VARÃO, Rafiza; BARCELLOS, Zanei (Orgs.). **Práticas e tensionamentos no ensino de jornalismo**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018. p. 177-188.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011. Trad. Liriam Spolholz.

IESRS. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Comunicação Social**. Picos (PI): IESRS, 2006.

IESRS. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo**. Picos (PI): IESRS, 2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8.ed. 4. Reimp. São Paulo: Atlas, 2020.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os Lados ou Crescer para Cima:** O Dilema Histórico no Campo Acadêmico do Jornalismo, Comunicação apresentada no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 7-8 de Setembro de 1999. Disponível em: www.ufsc.br/bancodedados/medistch-dilema.html. Acesso em: 16 fev. 2018.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica.** Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Legislação

BRASIL. Ministério da Educação. CNE. Resolução CNE/CES 16/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 1/2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º de outubro de 2013. Seção 1, p. 26.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação.** (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.